



## **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO ESTADO PARÁ: condição de vida e moradia em municípios paraenses**

Najara Mayla do Socorro Veiga Costa Amaro<sup>1</sup>  
Joana Valente Santana<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo discute a particularidade da questão da habitação em 143 municípios paraenses a partir da análise das condições de vida e moradia. A pesquisa é orientada pelo método do materialismo histórico e dialético e foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/IDHM-2010, o Censo Demográfico 2010 e o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social/PEHIS-2014. A pesquisa aponta que, no estado do Pará, seguindo a tendência da desigualdade social capitalista, a população de menor renda tem as piores condições de moradia, pois o déficit habitacional concentra-se, majoritariamente, nas faixas de Médio IDHM e Baixo IDHM, além de ser expressiva a inadequação habitacional por carência de infraestrutura, com destaque para o problema do esgotamento sanitário e a ausência de unidade sanitária nos domicílios.

**Palavras-chave:** Questão da habitação; municípios paraenses; moradia; IDHM; Amazônia.

## **THE HOUSING QUESTION IN THE STATE OF PARÁ: living and housing conditions in municipalities in the state of Pará**

### **Abstract**

This article discusses the particularities of the housing issue in 143 municipalities in Pará based on an analysis of living and housing conditions. The research is guided by the method of historical and dialectical materialism and was conducted through bibliographic and documentary research using the Municipal Human Development Index/IDHM-2010, the 2010 Demographic Census and the State Plan for Social Interest Housing/PEHIS-2014. The research indicates that, in the state of Pará, following the trend of capitalist social inequality, the lowest-income population has the worst housing conditions, since the housing deficit is concentrated mainly in the Medium IDHM and Low IDHM bands, in addition to the significant housing inadequacy due to lack of infrastructure, with emphasis on the problem of sewage and the absence of sanitary units in homes.

**Keywords:** Housing question; municipalities of Pará; housing; HDI; Amazon.

Artigo recebido em: 04/04/2025 Aprovado em: 21/11/2025  
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v29n2.2025.46>

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Universidade Federal do Pará. E-mail: najara.mayla@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: joanavalente@ufpa.br

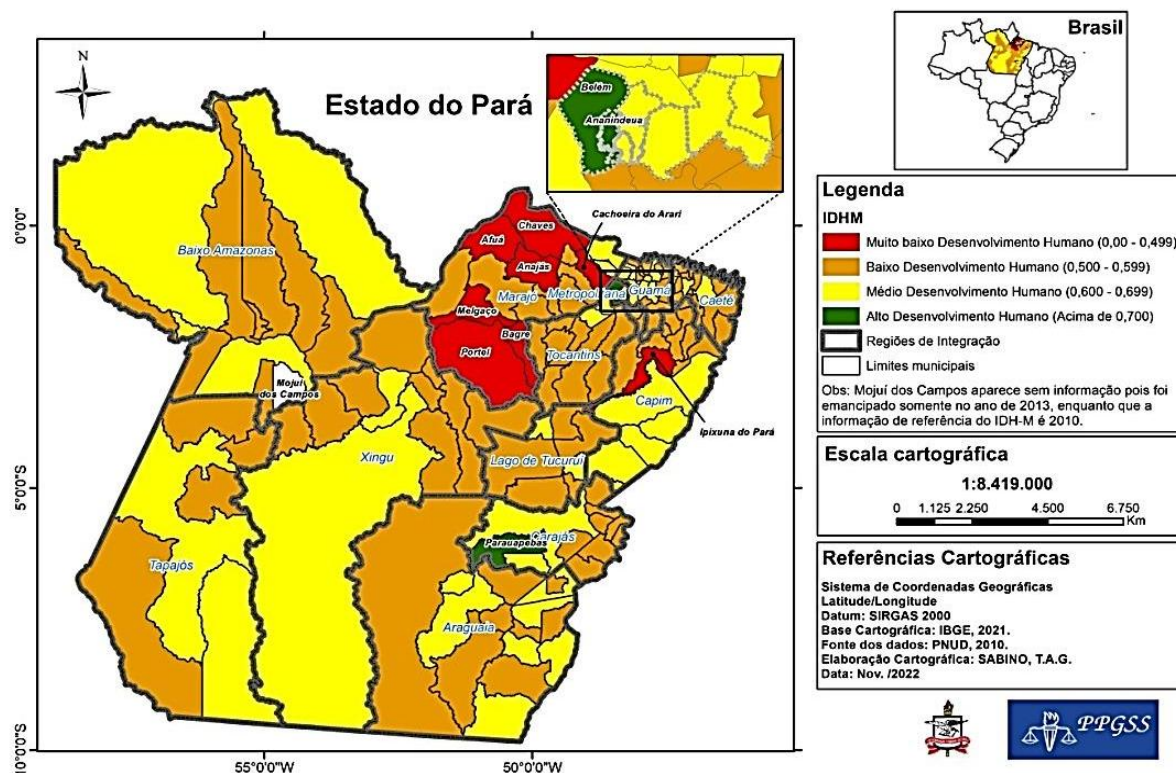
## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos em tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e discute a particularidade da questão da habitação em 143 municípios paraenses, a partir da análise das condições de vida e moradia. A pesquisa orientou-se pelo método do materialismo histórico e dialético e contou com o levantamento bibliográfico e documental. Foi priorizado o cruzamento de dados e informações dos seguintes indicadores: a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010, que reúne três indicadores de desenvolvimento humano (Longevidade, Educação e Renda); Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) de 2010 (IBGE, 2010); e o déficit habitacional apresentado na síntese do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) de 2014 (PARÁ, 2014) – atualizada a partir do Censo 2010, agrupando-os em 4 (quatro) faixas de IDHM: Alto IDHM, Médio IDHM, Baixo IDHM e Muito Baixo IDHM.

Registra-se que o IDHM Longevidade (vida longa e saudável) é medido pela expectativa de vida ao nascer e mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade. O IDHM Educação (acesso a conhecimento) é obtido por meio de dois indicadores: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. Por sua vez, o IDHM Renda (padrão de vida) é mensurado pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município, inclusive crianças e pessoas sem registro de renda.

Em 2010 ressalta-se que o Pará não possuía municípios na faixa de Alto IDHM. Dos 143<sup>1</sup> (cento e quarenta e três) municípios paraenses estudados, apenas 3 (três) municípios têm índices na faixa de Alto IDHM (0,700 - 0,779)<sup>2</sup> (2%), 44 (quarenta e quatro) municípios (31%) estão na faixa de Médio IDHM (0,600 – 0,699)<sup>3</sup>, enquanto a maioria, 88 (oitenta e oito) municípios (61%), encontra-se na faixa de Baixo IDHM (0,500 – 0,599)<sup>4</sup> e 8 (oito) municípios (6%) apresentam Muito Baixo IDHM (0 – 0,499)<sup>5</sup> (Mapa 1).

Mapa 1 – Municípios paraenses por faixa de IDHM, 2010



Fonte: organizado pelas autoras, 2023, com base em IBGE (2010).

O artigo estrutura-se em duas seções, além desta introdução. A primeira discute a questão da habitação social, como uma expressão da questão social, na ordem burguesa. A segunda apresenta os resultados da pesquisa sobre a questão da habitação nos municípios paraenses, sistematizando os indicadores sobre as condições de vida e moradia nos 143 municípios paraenses. Ao final, apresentam-se as considerações finais.

## 2 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A questão da habitação no Pará insere-se na contradição essencial do sistema capitalista, com a exploração da força de trabalho e a ampliação da pobreza daqueles que produzem a riqueza social apropriada pelos detentores do capital. O capital produz e reproduz condições materiais de existências, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressa, em uma relação indissociável entre a produção de bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada, ou seja, “a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Essa contradição, inerente ao sistema capitalista, traz consequências devastadoras para a classe trabalhadora, dentre elas, o acirramento da pobreza. Nos sistemas anteriores ao capitalismo, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez, determinado pelo baixo nível do desenvolvimento das forças produtivas. Agora, a pobreza cresce em razão direta em que aumenta a capacidade de produzir riqueza (Netto, 2001).

Sendo a habitação uma mercadoria cara, a grande maioria dos(as) trabalhadores(as) tem enormes dificuldades de conseguir acessá-la. Como expõe Santana (2018, p. 93) “o problema da habitação é uma das mais graves expressões da questão social” que reproduz a lógica universal e desigual inerente ao modo de produção capitalista, na qual o acesso à terra e à moradia são definidos pelo nível de renda.

Engels (2010), ao estudar a Inglaterra no século XIX, demonstra que o modo de produção capitalista exigiu uma reconfiguração urbana das cidades para acomodar as novas funções que ela teria. Esta precisou ter infraestrutura urbana para acomodar o fluxo crescente de população, como água, esgoto, drenagem, transportes e comunicação. Além disso, essa renovação urbana foi necessária para o devido funcionamento do comércio e para a implantação das grandes lojas, sendo, assim, trivial naquele contexto, pois, além das questões espaciais, somente ela permitiria o circuito de reprodução do capital e sem ela não seria possível à extração da mais-valia (Engels, 2010).

O êxodo rural e a proletarização dos trabalhadores exigiam espaços de moradia nas cidades, uma vez que as habitações existentes eram insuficientes. Isso abriu espaço para a divisão das casas existentes em cômodos e pequenos cubículos para aluguel. O salário que lhes era pago servia apenas para lhes manterem vivos, e em muitos casos era uma vida de miséria, pois comiam mal, se vestiam com trapos e moravam em lugares sem as mínimas condições de habitabilidade, traduzindo as condições impostas à classe que nada possui. Uma das expressões mais características pode ser verificada na habitação, quando a classe trabalhadora nada pode fazer a não ser aceitar as precárias condições de habitabilidade, os lugares isolados e insalubres aos quais era submetida a sobreviver (Engels, 2010).

Assim, a questão da habitação é, então, expressão da questão social, como consequência da “superexploração da classe trabalhadora como uma expressão intrínseca da nova configuração capitalista, revelada de modo mais cruel na privação econômica, social, política e cultural a que está submetida à maioria da população”, de modo que, para uma minoria, o “desenvolvimento econômico, tecnológico e científico proporciona condições excelentes de bem-estar a poucos indivíduos” (Pinto, 2005, p. 96).

Ademais, a questão habitacional “é uma expressão das contradições inerentes à relação capital x trabalho no mundo urbano, no qual a cidade é uma expressão da luta de classes” (Pinto,

2005, p. 92), portanto, é uma expressão da questão social, a qual é “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (Iamamoto, 2001, p. 11), ao longo do desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, Engels (2015, p. 13) demonstrou a relação “entre a escassez de moradias e as relações de produção capitalista”, evidenciando que a moradia em sua dimensão precária é uma expressão da ordem burguesa, e que só poderá ser solucionada, da mesma forma que todas as mazelas sociais do capitalismo, “com a eliminação do modo de produção capitalista e suas consequências” (Engels, 2015, p. 13). A escassez de moradia, segundo esse autor, é histórica para os trabalhadores, não é uma demanda de um determinado século, assim como não é uma particularidade do proletariado burguês; pelo contrário, ela é inerente à “espoliação e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (Engels, 2015, p. 38).

Rauta Ramos (2008) concorda com Engels (2010) e Pinto (2005) ao atribuir o surgimento da indústria às condições de precariedade habitacional para a população. Assim, a “habitação torna-se então uma mercadoria, ou seja, um bem não apenas produzido com valor de uso, mas fundamentalmente com valor de troca, pois sua construção visa, a partir de agora, à acumulação de capital” (Rauta Ramos, 2008, p. 198).

Na particularidade brasileira, afirmam Santana e Ferreira (2021):

[...] a história da produção social do espaço urbano no Brasil é a história do conflito de classes e de disputa pela ocupação desse espaço. Desde o início do século XX quando o país adentra no processo tardio de industrialização e vai avançando no processo de urbanização, a classe trabalhadora – libertada apenas oficialmente da escravidão – foi ocupando os piores lugares da cidade (os mais distantes do centro e os inseridos na malha urbana), em geral mal servidos de infraestrutura básica, como água, esgoto sanitário, pavimentação, energia elétrica, coleta de lixo (Santana; Ferreira, 2021, p. 134).

Diante da aproximação teórica construída nesta seção, evidenciam-se as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e que reúnem as condições gerais para a produção e os meios de reprodução do capital e do trabalho, de modo que ficam explícitas as contradições das relações construídas a partir da apropriação privada dos bens socialmente produzidos. Estas, no estado do Pará, particularizaram-se nas condições de vida e de moradia da população paraense, cujos aspectos serão apresentados a seguir.

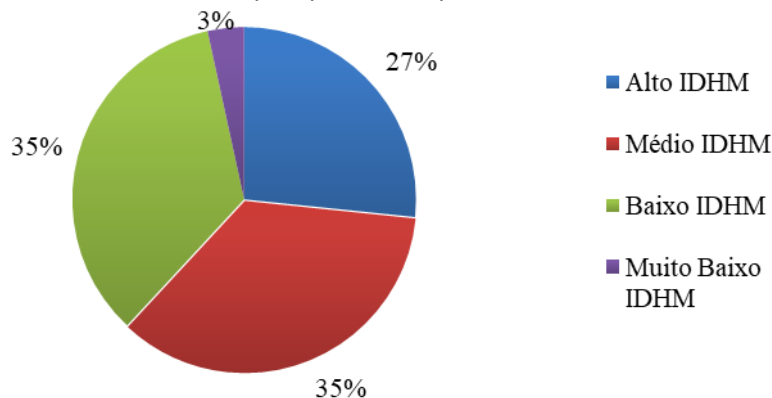
### 3 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ: condições de vida e moradia nos municípios paraenses

Esta seção apresenta os dados sobre a questão da habitação em municípios paraenses a partir de indicadores sobre: a) população e domicílio por faixa de IDHM; b) condição de produção, trabalho e renda por faixa de IDHM; c) déficit habitacional por faixa de IDHM; e d) inadequação habitacional por faixa de IDHM.

#### 3.1 Caraterização da população e dos domicílios por faixa de IDHM

O censo demográfico de 2010, do IBGE, apontou que a população do estado do Pará totalizava 7.581.051 habitantes, dispersos pelo território de 1.248.000 km<sup>2</sup> e por 143 municípios. A partir das faixas de IDHM, verifica-se que os municípios nas faixas de Médio IDHM e Baixo IDHM concentram o maior percentual da população, 35% cada, totalizando 70% da população total do estado (Gráfico 1).

**Gráfico 1** – População total dos municípios paraenses por faixa de IDHM, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

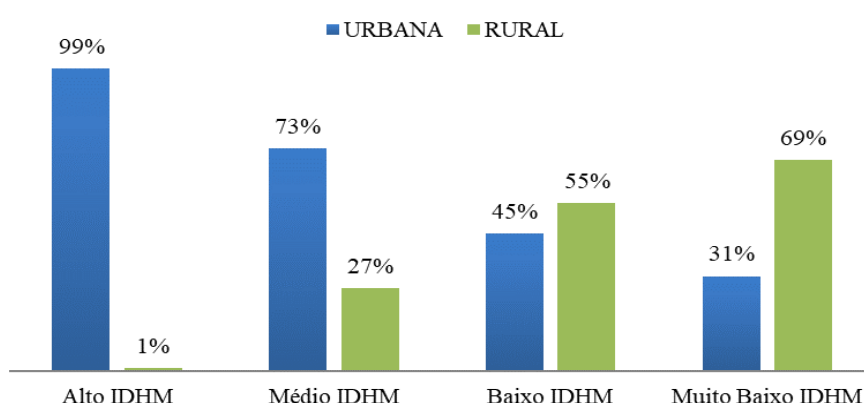
A faixa de Alto IDHM concentra 27% da população (2.019.287 pessoas) e nela estão os municípios de Belém (1.393.399 habitantes), 1º município com maior número populacional do estado; Ananindeua (471.980 habitantes), 2º município com maior número populacional do estado; e Parauapebas (153.908 habitantes), 6º município com maior número populacional do estado.

Belém e Ananindeua fazem parte da Região Metropolitana de Belém (RMB). Para Trindade Júnior e Tavares (2008), a metrópole, Belém, assume o papel de centro urbano relacional de coleta de informações, armazenamento, classificação, manipulação e utilização a serviço dos atores econômicos, além de atrair mão de obra que se desloca no espaço regional. Ananindeua, por sua vez, localiza-se na área metropolitana expandida. A cidade de Parauapebas, cuja urbanização surge de

forma acelerada e espontânea a partir da expansão da malha urbana devido à intensa migração que teve como destino o município, o qual viria a abrigar nas décadas de 1970 e 1980 importantes obras do Projeto Grande Carajás (PGC) em mineração, extrativismo vegetal, agropecuária e produção energética (Verde; Fernandes, 2009).

Os municípios com Alto IDHM têm população majoritariamente urbana, 99% do total. Trindade Júnior *et al.* (2014, p. 84) afirmam que esses municípios “têm um padrão de migração que é, sobretudo, ribeirinho, deslocando-se pelos rios da Amazônia e se localizando em um número maior na RMB (Belém e Ananindeua, principalmente)” (Gráfico 2).

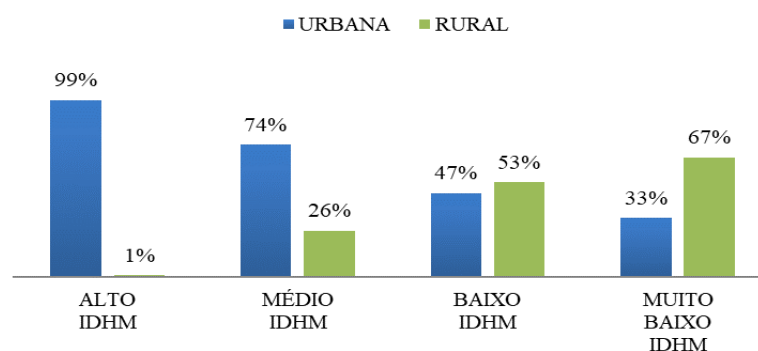
**Gráfico 2** – População urbana e rural dos municípios paraenses por faixa de IDHM, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Por seu turno, os municípios que estão na faixa de Muito Baixo IDHM concentram 69% da sua população na zona rural. Cardoso e Carvalho (2007, p. 09) chamam atenção para a particularidade dessas cidades amazônicas, onde as “escalas de aglomeração seguem padrões definidos pela acessibilidade, pela cultura, pela relação com o meio ambiente e com a terra, e dependem fortemente dos processos em curso no espaço rural”. A pesquisa demonstra que os domicílios com Alto e Médio IDHM concentram-se nas áreas urbanas (99% e 74%, respectivamente), enquanto os municípios com Baixo e Muito Baixo IDHM concentram-se nas áreas rurais (53% e 67%, respectivamente) (Gráfico 3).

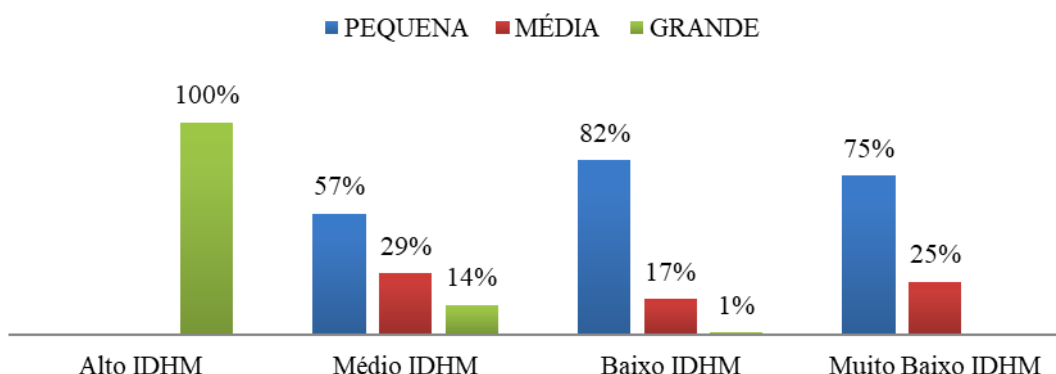
**Gráfico 3** – Situação do domicílio por faixa de IDHM - municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Outro elemento importante para a caracterização da população a partir das faixas de IDHM é o tamanho populacional. Com base em Trindade Júnior *et al.* (2014), considera-se: a) pequenas cidades, as que possuem até 50 mil habitantes; b) médias cidades, as que possuem população entre 50 mil e 99 mil habitantes; e c) grandes cidades, as que têm mais de 100 mil pessoas. Dos 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses, 103 (cento e três) ou 72% têm população inferior a 50 mil habitantes, portanto, são considerados pequenas cidades. O Gráfico 4, a seguir, apresenta a distribuição dos municípios por faixa de IDHM, consoante seu tamanho populacional.

**Gráfico 4** – Tamanho populacional dos municípios paraenses por faixa de IDHM, 2010



**Fonte:** elaborado pelas autoras, 2023.

O Gráfico 4 mostra que, com exceção da faixa de Alto IDHM, onde 100% dos municípios têm porte populacional de grande cidade, as demais faixas de IDHM têm maior concentração em pequenas cidades. Destacam-se as faixas de Baixo IDHM e Muito Baixo IDHM, com 82% e 75%, respectivamente, das pequenas cidades.

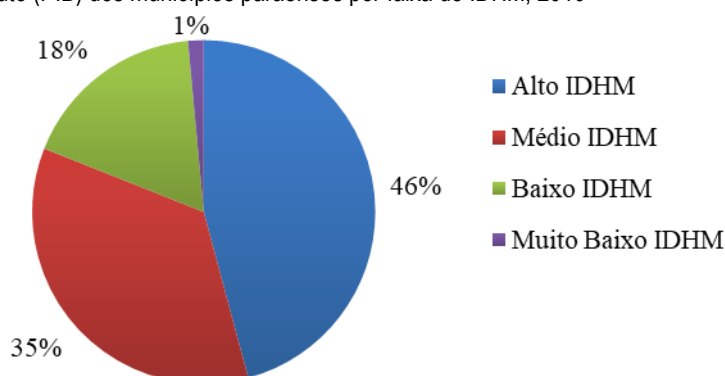
As pequenas cidades paraenses “expressam uma dialética entre as singularidades da Região Amazônica e a dinâmica universal de produção de cidades inerentes à lógica do capital, posto que há uma seletividade no acesso às políticas públicas” (COSTA, SANTANA, 2017, p. 202). Para tanto, as pequenas cidades paraenses não estão alheias à lógica do capital que é seletiva e produz uma hierarquia de lugares. Nesta, algumas cidades são mais ou menos atrativas ao capital, em virtude de benefícios naturais, minerais ou agroeconômicos, enquanto outras se inserem parcialmente no desenho da exploração do espaço amazônico, de modo que os investimentos em políticas públicas e sociais ficam em segundo plano (Costa; Santana, 2017).



### 3.2 Caracterização da condição de produção, trabalho e renda por grupo de IDHM

Em 2010, o estado do Pará possuía o maior valor do Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte: R\$ 82.684.518. O PIB paraense, por seu turno, concentra-se nos municípios de Alto IDHM, acumulando 46% deste, tendo em cidades como Belém e Parauapebas os maiores PIB, que alcançam os valores de 18.801.039 e 14.985.170, respectivamente. Em proporção inversa, os municípios que estão na faixa de Baixo IDHM e Muito Baixo IDHM acumulam os menores percentuais do PIB, com 18% e 1% respectivamente (Gráfico 5).

**Gráfico 5** – Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios paraenses por faixa de IDHM, 2010



**Fonte:** elaborado pelas autoras, 2023.

Castro (2009) afirma que há uma hierarquia urbana que confere papéis diferenciados às cidades da região; cidades essas caracterizadas por um modelo territorial excludente e de segregação socioespacial. A esse respeito, afirmam Santana e Holanda (2016):

A comparação do PIB e da renda média bruta dos domicílios entre as Regiões de Integração é o dado que mais se destaca quando a análise se volta para a questão da desigualdade econômica e social. Enquanto na média do Pará, em todas as Regiões de Integração, o PIB cresceu em torno de 3 vezes mais no período de 2000 a 2010, aproximadamente 309%, a renda média bruta dos domicílios cresceu aproximadamente 12%. Na RI Carajás essa desigualdade é ainda mais expressiva, pois o crescimento do PIB foi da ordem de mais de 8 vezes (aproximadamente 815%) – demonstrando a produção da riqueza relacionada com a exploração mineral, ao passo que o aumento de renda bruta dos domicílios foi de apenas 15% (Santana; Holanda, 2016, p. 291).

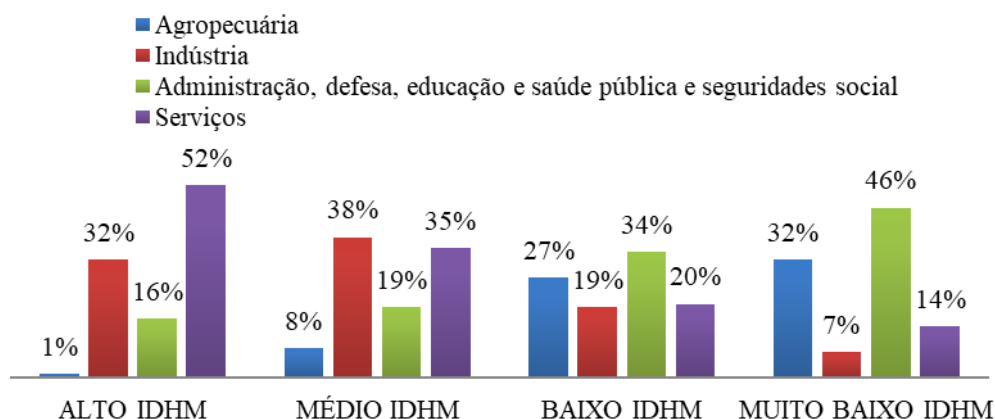
Costa e Santana (2017) argumentam que, no contexto de inserção no circuito de acumulação do capital, algumas cidades paraenses têm pouca inserção na dinâmica de produção e reprodução do capital. Dessa forma, com base em Santos e Silveira (2003), Santana (2012) afirma que:

O atual desenho do sistema de cidades (onde se incluem as pequenas cidades da Amazônia) e a divisão social e territorial do trabalho, é que o avanço da ciência e da informação será feito de forma seletiva e desigual, dado que pedaços do território são modernizados (inclusive de forma descontínua) e incluídos na lógica produtiva sempre em vista do lucro crescente por parte das empresas. Isto é, nem todos os espaços são

produzidos e incorporados ao mesmo tempo, ainda que, dependendo da necessidade do capital, possam ser utilizados em vista dessa necessidade [...] (Santana, 2012, p. 85-86).

Em relação aos tipos de atividades econômicas, observa-se que o setor industrial concentra níveis de Alto e Médio IDHM, especialmente pela presença da atividade mineradora (ferro, bauxita, alumínio, manganês, estanho, ouro etc.) (Gráfico 6).

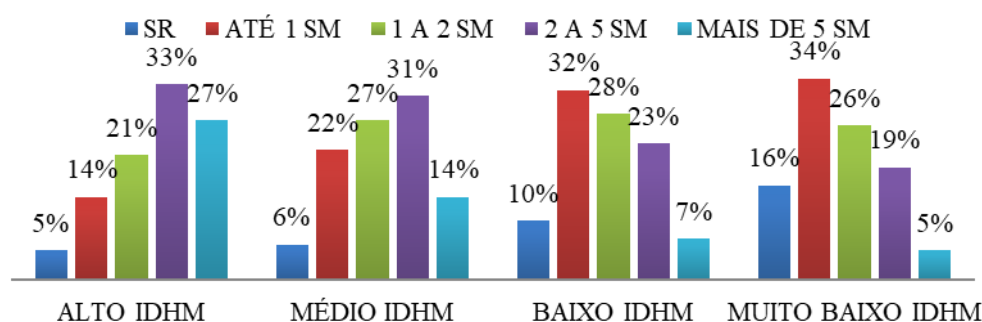
**Gráfico 6** – Tipos de atividades econômicas por faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023

Os tipos de atividades econômicas refletem-se na renda por domicílio, pois, no estado do Pará, quanto maior a faixa de IDHM, maior é o número de domicílios com valores de salário mais altos, e, quanto menor a faixa de IDHM, maior a concentração da população na faixa de renda de até 2 (dois) salários-mínimos (SM) ou sem rendimento (Gráfico 7). Destaca-se, ademais, que 60% dos municípios encontram-se na faixa de renda por domicílio que recebe até 2 SM e pertencem à faixa de Muito Baixo IDHM.

**Gráfico 7** – Rendimento do domicílio por faixa de IDHM - municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

As condições de baixa renda da população do estado do Pará expressam a desigualdade no modo de produção capitalista, donde, a partir dos dados da pesquisa, pode-se questionar: que condição de vida pode ter um trabalhador cuja renda familiar gira em torno de 2 (dois) salários-mínimos? Evidentemente que, dada a lógica privada de acesso aos bens e serviços para a reprodução humana, o conjunto dos trabalhadores de baixos salários prioriza a renda familiar para a satisfação da

necessidade do alimento (mal alimento), não podendo atender, de forma adequada, às condições de moradia.

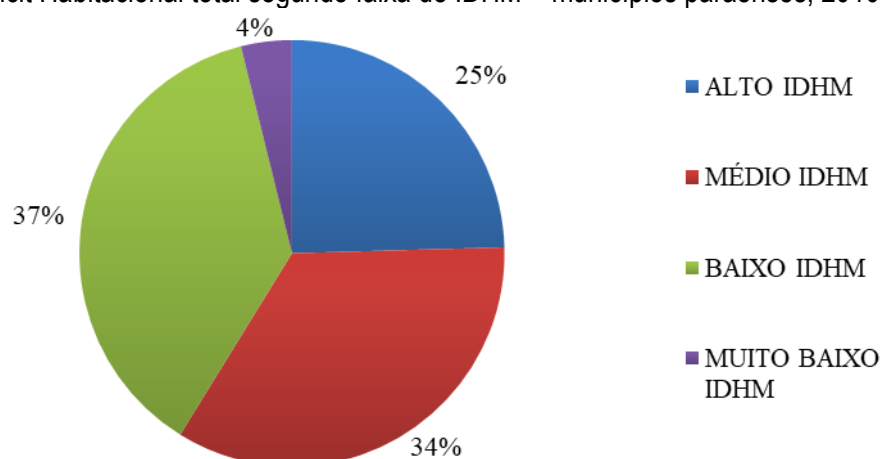
### 3.3 Caracterização do déficit e da inadequação habitacional por faixa de IDHM

O déficit habitacional é caracterizado pela necessidade imediata de construção de novas moradias para a solução de problemas habitacionais. Em 2010, o déficit habitacional totalizava 423.437 domicílios nos 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses. Dentre as faixas de IDHM, o maior quantitativo de déficit estava na faixa de Médio IDHM (145.072 domicílios) e Baixo IDHM (158.048 domicílios), com 34% e 37%, nessa ordem (Gráfico 8).

O déficit habitacional paraense é de 261.062 domicílios na área urbana, enquanto na área rural corresponde a 162.375 domicílios. O Gráfico 9 demonstra que os municípios que estão nas faixas de Alto IDHM e Médio IDHM apresentam os maiores percentuais de déficit urbano, enquanto o déficit rural é mais concentrado na faixa de Baixo IDHM.

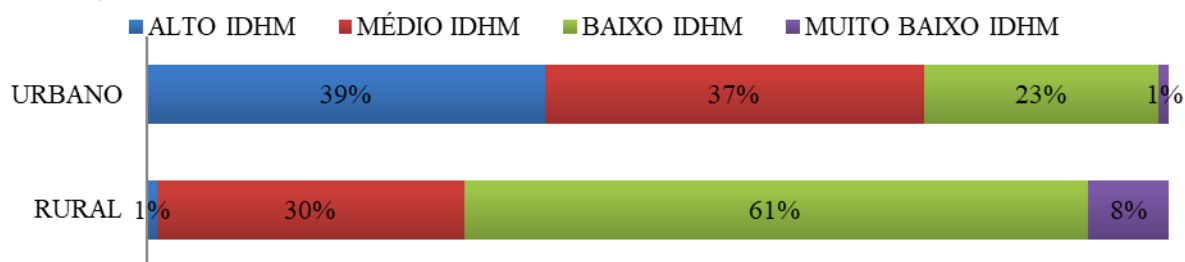
Quando se analisam os dados que relacionam a distribuição do déficit habitacional por renda nas faixas de IDHM, verifica-se que a população de menor renda convive com a dificuldade de ter acesso à moradia e está na faixa de menor IDHM do estado do Pará, conforme demonstrado no Gráfico 10.

**Gráfico 8** – Déficit Habitacional total segundo faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



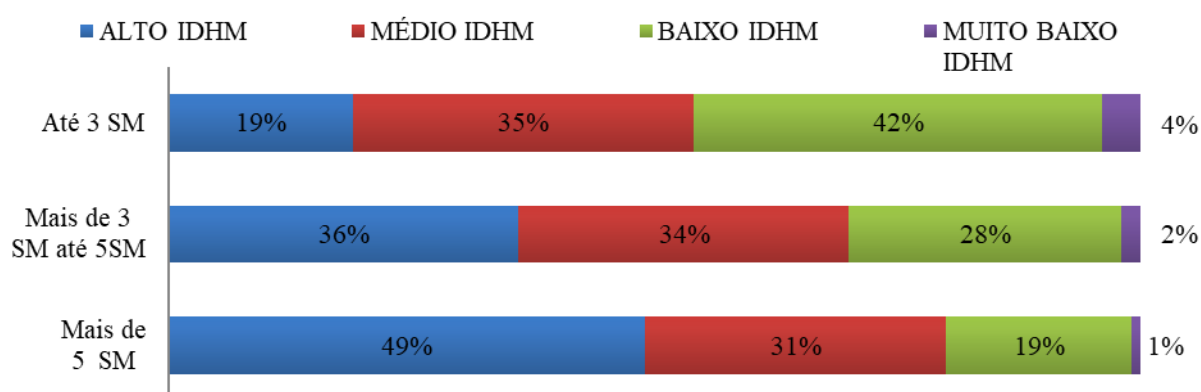
Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

**Gráfico 9** – Percentual do Déficit Habitacional urbano e rural, segundo faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

**Gráfico 10** – Percentual do Déficit Habitacional por faixa de renda domiciliar, segundo faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



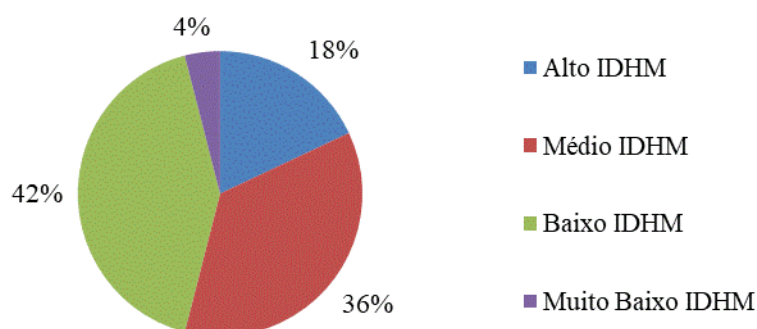
Fonte: elaborado pelas autoras, 2023, a partir do Censo 2010 (IBGE, 2010) e do PEHIS/PA (PARÁ, 2014).

Os dados revelam alto índice de déficit habitacional no estado do Pará, visto que as faixas de Médio e Baixo IDHM, onde se concentram o maior déficit, correspondem à grande maioria dos municípios paraenses (92%).

### 3.4 Caracterização da inadequação habitacional por faixa de IDHM

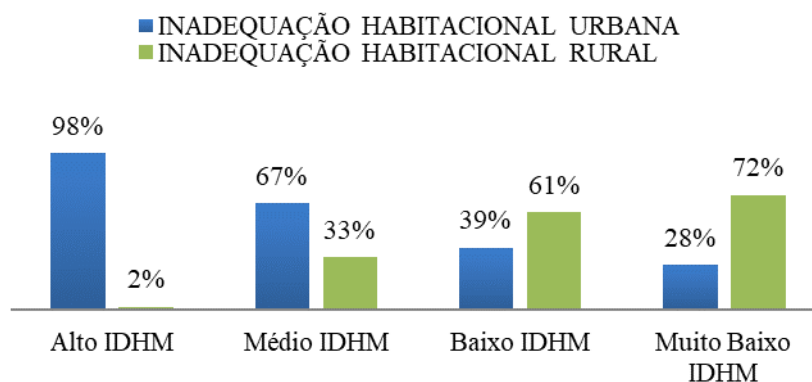
A Inadequação Habitacional<sup>6</sup> no estado do Pará, em 2010, atinge 2.246.589 domicílios que se distribuem segundo seus componentes, sendo 209.921 domicílios com adensamento excessivo, 1.524.327 domicílios com carência de infraestrutura e 482.285 domicílios com inexistência de unidade sanitária privativa. Os dados dos gráficos 11 e 12 revelam que a distribuição da inadequação habitacional por faixa de IDHM está presente em todas as faixas, principalmente nos municípios com Baixo IDHM, onde o percentual representa 42% (938.496 domicílios) do total de domicílios com inadequação no Pará.

**Gráfico 11** – Inadequação Domiciliar por faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

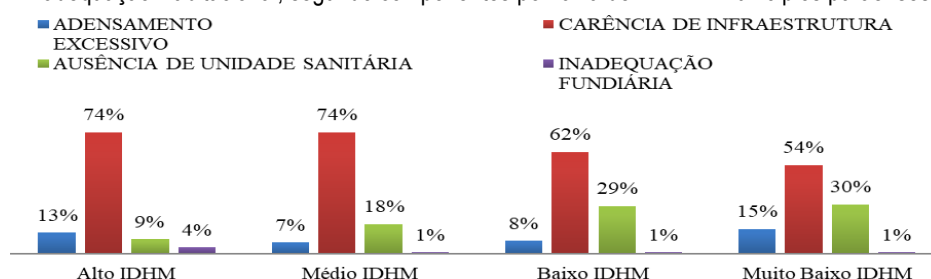
**Gráfico 12** – Inadequação Habitacional urbano e rural, segundo faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Ao considerarmos a inadequação habitacional por meio dos seus componentes (adensamento excessivo, carência de infraestrutura, ausência de unidade sanitária e inadequação fundiária), o Gráfico 13 demonstra que a inadequação por carência de infraestrutura se destaca em todo o estado do Pará, sendo mais expressiva nos municípios com faixas de Alto e Médio IDHM, com 74% cada. Por sua vez, nota-se um percentual importante de municípios com ausência de unidade sanitária naqueles com Baixo e Muito Baixo IDHM, 29% e 30%, respectivamente.

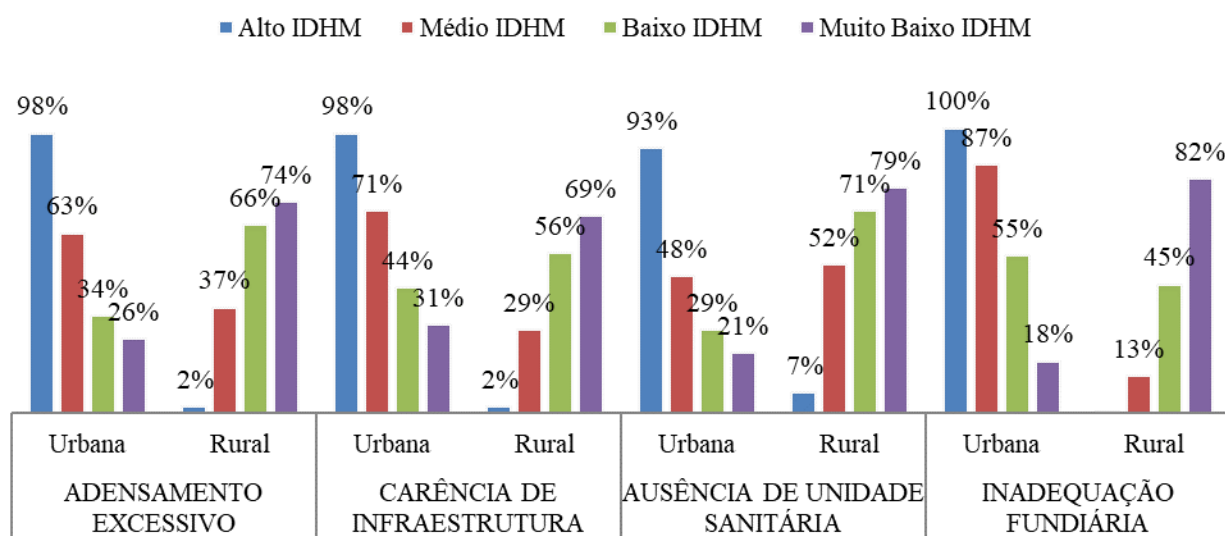
**Gráfico 13** – Inadequação Habitacional, segundo componentes por faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Quando se analisam os dados de inadequação habitacional por faixa de IDHM e por áreas urbanas e rurais, nota-se que as faixas de Alto IDHM e Baixo IDHM concentram os maiores percentuais dos indicadores de adensamento excessivo, carência de infraestrutura, ausência de unidade sanitária e inadequação fundiária, tanto na área urbana como na área rural; constatação essa que vai ao encontro da afirmação anterior, segundo a qual a inadequação é distribuída em todo o estado do Pará, com destaque para a ausência de unidade sanitária em 79% dos domicílios rurais e na faixa de Muito Baixo IDHM (Gráfico 14).

**Gráfico 14** – Inadequação Habitacional urbana e rural, segundo componentes por faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Os dados obtidos com a pesquisa também vão ao encontro dos estudos de Holanda (2011), Lima *et al.* (2017), Medeiros e Santana (2018), os quais demonstram que o estado do Pará apresenta alto índice de inadequação habitacional, com destaque para a carência de infraestrutura. Em adição, Santana (2018) aponta que, no Brasil, os dados acerca da situação habitacional (déficit e inadequação) expressam que o maior problema habitacional do país tem sido a questão da carência de infraestrutura. A autora demonstra que:

Conforme os indicadores da Fundação João Pinheiro (2013), com base no Censo Demográfico, o déficit habitacional no Brasil, em 2010, alcançava 6,9 milhões de domicílios, enquanto a carência de infraestrutura girava em torno de 13 milhões. Enquanto no País, a carência de infraestrutura corresponde a 26,4% do total de domicílios particulares permanentes, na Região Norte, esse dado representa 63,1%, sendo o maior percentual quando comparado às demais regiões (Nordeste: 43,4%; Sudeste: 11,7%, Sul: 23,8% e Centro Oeste: 43,3%) (Santana, 2018, p. 99).

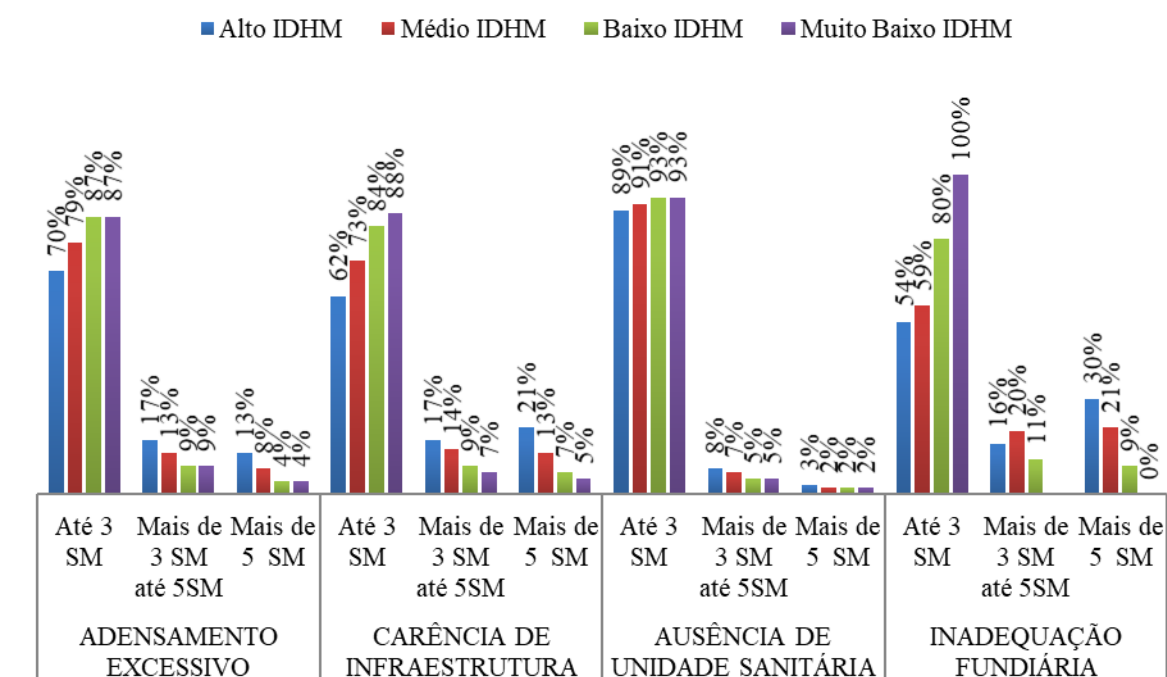
Nessa direção, Costa e Santana (2017), ao estudarem a produção habitacional em 21 (vinte e uma) pequenas cidades paraenses, verificaram que os principais problemas habitacionais são

caracterizados pela inadequação habitacional, particularmente pela carência de infraestrutura. Ou seja, as necessidades habitacionais não são caracterizadas apenas pela demanda de novas moradias, mas sim pela necessidade de urbanização de assentamentos precários e pela inadequação das moradias já existentes.

Sakatauskas e Santana (2016) sistematizaram os dados referentes à precariedade habitacional de 08 (oito) pequenas cidades paraenses, destacando a precariedade de infraestrutura, presença de domicílios rústicos, déficit habitacional e ocupação de assentamentos precários. Na zona rural tem-se o maior número de domicílios inadequados, com 90% desses domicílios. Porém, a inadequação habitacional é realidade tanto no espaço rural como no espaço urbano, sendo que a carência de infraestrutura é o principal componente, uma vez que 80% de domicílios, em média, têm carência na área urbana e mais de 90% na área rural.

Além do mais, os resultados da pesquisa demonstram que há uma relação diretamente proporcional entre baixa renda e inadequação habitacional nos 143 (cento e quarenta e três) municípios estudados, tendo em vista que os domicílios com renda até 3 (três) SM, independente da faixa de IDHM, apresentam os maiores percentuais de inadequação habitacional, com destaque para a ausência de unidade sanitária, que tem os maiores percentuais nos domicílios com renda até 3 (três) SM e em todas as faixas de IDHM (Alto, Médio, Baixo, Muito Baixo) (Gráfico 15).

**Gráfico 15** – Inadequação Habitacional por renda, segundo componentes por faixa de IDHM – municípios paraenses, 2010



Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Ao estudar os municípios de São Sebastião da Boa Vista/PA e São João do Araguaia/PA, Ribeiro (2012) reforça a afirmativa de que o acesso à moradia reflete o grau de pobreza das famílias. Em 2010, no município de São Sebastião da Boa Vista, 27,8% das famílias ganhavam até 02 (dois) SM, 22,3% recebiam entre  $\frac{1}{2}$  (meio) e um SM e 9,1% não possuíam rendimentos. Em São João do Araguaia, 62,82% da população não possui rendimentos, sendo que 19,42% ganhavam até um SM e 9,12% recebiam até 02 (dois) SM, ou seja, menos de 6% da população estavam na faixa de renda de mais de dois SM.

Como sinalizou Santana (2012), o alto nível de pobreza da população reflete na condição da habitabilidade da população, não à toa o déficit habitacional do estado do Pará está concentrado na faixa de renda de até 3 (três) SM.

#### **4 CONCLUSÃO**

No modo de produção capitalista, a satisfação da necessidade habitacional é mediada pela relação de trocas, próprias da ordem burguesa. Os(as) trabalhadores(as) com baixos salários não conseguem adquirir a mercadoria habitação, aglomerando-se nos piores lugares das cidades (morros, baixadas, encostas, perto de lixões, embaixo dos viadutos etc.), com baixíssima infraestrutura urbana, sendo grave a questão do acesso ao saneamento básico.

No Brasil, o processo de invasão colonial sustentado pela divisão de classes sociais e por padrões racistas e patriarcais conforma uma sociedade historicamente desigual. O processo de industrialização exigiu mão de obra livre para o trabalho assalariado, redundando na libertação das pessoas escravizadas para a venda de sua força de trabalho. Sem alteração na estrutura de dominação, a sociedade urbana que se constrói para o processo de acumulação do capital pela via da industrialização, estrutura-se por uma divisão social do trabalho, marcada por diferenciações territoriais, raciais e de gênero.

Por esse motivo, a sociedade urbanizada guarda os piores lugares para as pessoas pretas (livres oficialmente) e para as mulheres, com piora para as condições de vida das mulheres pretas. Os dados mais recentes do IBGE sobre as condições de renda no Brasil são inequívocos: “pessoas pretas e pardas, juntas, representavam mais de 70% dos pobres e extremamente pobres enquanto representaram 56,5% do total da população” (IBGE, 2024), com maior incidência proporcional de pobreza entre as mulheres.

A estrutura da formação social brasileira classista, racista e patriarcal se expressa na particularidade das formações regionais. As relações capitalistas e a (incessante) busca de lucro pelas empresas capitalistas e com apoio irrestrito do Estado produzem uma modernização seletiva e desigual



do espaço urbano. A região amazônica, pela diversidade de suas riquezas minerais e pela força de trabalho, tem sido historicamente saqueada, motivo pelo qual os povos e comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas são desterritorializados e lutam constantemente pela vida em seu ambiente, tal como os(as) trabalhadores(as), moradores de grandes, médias e pequenas cidades, produzem a moradia nos lugares possíveis e com baixa infraestrutura.

Seguindo o padrão nacional, os domicílios particulares permanentes no estado do Pará estão concentrados nas áreas urbanas (71,1 %) (IBGE, 2010), assim como o Déficit Habitacional por situação de domicílio também é mais expressivo na área urbana (61,6%). A maior concentração do déficit habitacional está na capital paraense, Belém, com 71.726 unidades habitacionais (PARÁ, 2014). Se o déficit habitacional tem sido, historicamente, um problema grave em todo o país, a inadequação habitacional também segue expressiva, dado o padrão de produção habitacional pela classe trabalhadora com menor renda, pois a ocupação dos terrenos redundava nas precárias condições de moradia, com destaque para a gravidade da inadequação por carência de infraestrutura e da inexistência de unidade sanitária, que, dentre os componentes da inadequação, são, respectivamente, os mais expressivos em termos nacionais (22.606.523 e 3.538.931 domicílios) e estaduais (1.524.327 e 482.285 domicílios) (PARÁ, 2014).

A pesquisa ainda revela que, como uma expressão da questão social, a questão da habitação tem se agravado no Pará, pois nos 143 (cento e quarenta e três) municípios investigados, além de altos, os piores indicadores de déficit e inadequação habitacional encontram-se nos municípios com os menores indicadores de renda, de menor IDHM e nas áreas rurais, onde infere-se que esses municípios estão menos inseridos na produção empresarial capitalista e, conseqüentemente, da inserção salarial pela venda da força de trabalho, assim como recebem menores ofertas de produção habitacional (pública ou privada); motivo pelo qual as condições de moradia (inadequada) expressam as condições de renda nesses municípios.

Assim, os dados da pesquisa revelam a gravidade da demanda habitacional no estado do Pará. Além do déficit habitacional concentrar-se nas famílias de menor renda – realidade vista em todo o território nacional –, a particularidade da questão da habitação no estado do Pará diz respeito à inadequação habitacional por carência de infraestrutura, com destaque para a ausência de unidade sanitária.

## REFERÊNCIAS

- AMARO, N. M. S. V. C. **A questão da habitação no estado do Pará**: condição de vida e moradia em municípios paraenses. 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém-Pará, 2023.
- CARDOSO, A. D. C.; CARVALHO, G. **Planos Diretores Participativos**: experiências amazônicas. Belém: COMOVA/FASE, 2007.
- CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidade das cidades amazônicas. *In*: CASTRO, E. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 11-39.
- COSTA, N. M. S. V.; SANTANA, J. V. Produção habitacional em pequenas cidades paraenses: análise do Programa Minha Casa Minha Vida e Planos Locais de Habitação de Interesse Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 23, p. 195-231, 2017.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HOLANDA, A. C. G. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010)**: avanços e limites. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 3, p. 9-32, 2001.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.
- LIMA, A. T. O.; HOLANDA, A. C. G.; SANTANA, J. V.; SILVA, W. M. S. A questão da habitação no estado do Pará: análise dos programas habitacionais federais. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Joinpp, 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/aquestaodahabitacaonoestadodoparaanalisadosprogramashabitacionaisfederais.pdf>. Acesso em: 18 set.2024.
- MEDEIROS, M. M.; SANTANA, J. V. A produção habitacional em pequenos municípios da Amazônia. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, p. 1-26, 2018.
- PARÁ. Governo do Estado do Pará. Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Síntese e atualização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Belém: Governo do Estado: COHAB/PA, 2014.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 3, p. 41-50, 2001.

PINTO, M. B. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 4 e 5, n. especial, p. 92-117, 2005.

RAUTA RAMOS, M. H. Habitação, um meio de reprodução social. *In*: GOMES, M. F. C. M.; FERNANDES, L. L.; MAIA, R. S. (orgs.). **Interlocações urbanas**: cenários, enredos e atores. Rio de Janeiro: Arco Íris, 2008. p. 197-216.

RIBEIRO, R. A Política Habitacional recente e sua expressão em municípios da Amazônia Oriental: os exemplos de São Sebastião da Boa Vista e São João do Araguaia – PA. *In*: SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012. p. 215-246.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, p. 151-170, 2016.

SANTANA, J. V. Pequenas cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade *In*: SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012. p. 77-96.

SANTANA, J. V. Habitação. **Brasil em Números**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 93-108, 2018.

SANTANA, J. V.; FERREIRA, B. J. P. Crise do capital e impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 49, p. 123-148, 2021.

SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G. Reflexões acerca da carência habitacional no Pará: dados comparativos entre os anos 2000 e 2010. *In*: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. S.; NASCIMENTO, M. A. C. (orgs.). **O avesso dos direitos**: Amazônia e Nordeste em questão II. Recife: Editora Universitária, 2016. p. 273-309.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; TAVARES, M. G. C. **Cidades Ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: Edufpa, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C.; BARBOSA, E. J. S.; FIGUEIREDO, A. M.; TAVARES, M. G. C. **Atlas Escolar Pará**: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2014.

VERDE, R. B. R. V.; FERNANDES, F. R. C. Panorama sócio-espacial de Parauapebas (PA) após a implantação da Mina de Ferro Carajás. *In*: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 17., 2009, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CETEM, 2009. p. 1-7.

## Notas

<sup>1</sup>Atualmente, o Pará possui 144 municípios, entretanto, a pesquisa não incorporou o município de Mojuí dos Campos, tendo em vista que sua emancipação se deu somente no ano de 2013, posterior ao Censo de 2010.

<sup>2</sup>1. Belém, 2. Parauapebas e 3. Ananindeua.

<sup>31</sup>1. Santarém, 2. Marituba, 3. Canaã dos Carajás, 4. Castanhal, 5. Novo Progresso, 6. Redenção, 7. Marabá, 8. Tucuruí, 9. Altamira, 10. Benevides, 11. Barcarena, 12. Capanema, 13. Paragominas, 14. Salinópolis, 15. Santa Isabel do Pará, 16. Tucumã, 17. Xinguara, 18. Almeirim, 19. Conceição do Araguaia, 20. Itaituba, 21. Rio Maria, 22. Curionópolis, 23. Terra Santa, 24. Santo Antônio do Tauá, 25. Abaetetuba, 26. Santa Bárbara do Pará, 27. Ourilândia do Norte, 28. Oriximiná, 29. Abel Figueiredo, 30. Jacundá, 31. Vigia, 32. Dom Eliseu, 33. Soure, 34. Brasil Novo, 35. Marapanim, 36. Nova Timboteua, 37. Salvaterra, 38. São Francisco do Pará, 39. Terra Alta, 40. Ulianópolis, 41. Colares, 42. Rondon do Pará, 43. Santana do Araguaia e 44. Bragança.

<sup>41</sup>1. Mãe do Rio, 2. Santa Maria do Pará, 3. Magalhães Barata, 4. Vitória do Xingu, 5. Igarapé-Açu, 6. São Geraldo do Araguaia, 7. Bannach, 8. Óbidos, 9. São Domingos do Araguaia, 10. São Félix do Xingu, 11. Juruti, 12. Brejo Grande do Araguaia, 13. São Miguel do Guamá, 14. Sapucaia, 15. Bom Jesus do Tocantins, 16. Monte Alegre, 17. Palestina do Pará, 18. Uruará, 19. Belterra, 20. Tailândia, 21. Santarém Novo, 22. Tomé-Açu, 23. São Caetano de Odivelas, 24. Floresta do Araguaia, 25. São João da Ponta, 26. Curuçá, 27. Medicilândia, 28. Nova Ipixuna, 29. Peixe-Boi, 30. Baião, 31. Curuá, 32. Cametá, 33. Primavera, 34. Mocajuba, 35. Pau D'Arco, 36. Inhangapi, 37. Maracanã, 38. Breu Branco, 39. Ourém, 40. Concórdia do Pará, 41. Água Azul do Norte, 42. Alenquer, 43. Faro, 44. Piçarra, 45. Ponta de Pedras, 46. Trairão, 47. Eldorado dos Carajás, 48. Goianésia do Pará, 49. Irituia, 50. São Sebastião da Boa Vista, 51. Santa Cruz do Arari, 52. Bujaru, 53. Placas, 54. Cumarú do Norte, 55. São João do Araguaia, 56. Anapu, 57. Capitão Poço, 58. Rurópolis, 59.

<sup>51</sup>1. Afuá, 2. Ipixuna do Pará, 3. Anajás, 4. Portel, 5. Cachoeira do Piriá, 6. Bagre, 7. Chaves e 8. Melgaço.

<sup>6</sup>A inadequação habitacional corresponde às moradias que carecem de melhorias habitacionais, sendo: a) domicílios com carência de infraestrutura (ausência de abastecimento por rede de água e/ou solução de esgotamento sanitário e/ou energia elétrica e/ou coleta de lixo); b) domicílios com adensamento excessivo de moradores (mais de três moradores por dormitório); c) domicílios sem unidade sanitária exclusiva; e d) domicílios com problema de natureza fundiária (SANTANA; HOLANDA, 2016).